

20 anos do ISCTE

Apresentação

Tal como já tinha sido anunciado no Editorial do número anterior, a revista *Sociologia - problemas e práticas* não quis deixar de se associar às comemorações dos 20 anos do ISCTE.

Assim, este número integra, sob a rubrica *Dossier*, um conjunto de textos, a partir de diferentes perspectivas de testemunhar o passado, o presente e o futuro do ISCTE. Estes textos organizam-se segundo três modalidades de participação, traduzindo específicos olhares e diferentes entendimentos sobre a instituição.

A primeira peça deste *Dossier* é constituída por um texto de José Manuel Paquete de Oliveira com o título "ISCTE: vinte anos a fazer universidade fora da academia". Aparece sob a forma de testemunho e evoca o processo de construção do projecto universitário do ISCTE, localizando as suas origens, identificando as suas etapas mais marcantes e enunciando as suas vertentes mais fortes de implantação na comunidade universitária.

Por sua vez, a segunda peça constituiu-se a partir de uma entrevista colectiva, concebida e realizada pelo Conselho de Redacção da revista. Entrevistámos os nossos colegas Eduardo Gomes Cardoso, João Ferreira de Almeida e Raul Iturra, dissociando-os das posições hierárquicas que ocupam no ISCTE e encarando-os apenas, e só apenas, como representantes dos três domínios de conhecimento centrais no ISCTE. A intenção subjacente a esta entrevista foi, justamente, a de promover a discussão de ideias, de perspectivas e de projectos sobre o que é e o que será o ISCTE, tentando capturar a diversidade das configurações que as diferenças assumem quando geradas em quadros de referência disciplinares distintos.

Finalmente, na terceira peça do *Dossier*, que designámos como *Impressões*, reunimos dois textos que registam trajectórias pessoais e que exprimem vivências particulares no ISCTE. Jorge Correia Jesuíno escreveu "Impressões sobre o ISCTE" e José Manuel Protes da Fonseca escreveu "O ISCTE: um projecto social de modernização e desenvolvimento". Têm, necessariamente, um cunho mais pessoal, mas não deixam, por isso, de nos devolver construções da realidade ISCTE que têm modelado o seu desenvolvimento.

Em todos estes testemunhos se perfilam "futuros" para o ISCTE. O nosso objectivo, com este *Dossier*, não é senão o de contribuir para o aprofundamento da reflexão colectiva, que a todos nos compete, e com tanta mais responsabilidade quanto já fizémos vinte anos.

O Conselho de Redacção

ISCTE: 20 anos a fazer universidade fora da academia*

José Manuel Paquete de Oliveira**

Vinte anos são uma unidade de tempo diminuta na vida de uma instituição. Mas, fazer anos, em qualquer campo de actividade, não é apenas somar tempo. No próprio ciclo das trajectórias pessoais celebrar aniversários é tirar da virtualidade do rito um significado do passado para imprimir ritmo ao futuro. Nem se pode dizer que o ISCTE seja dado a fáceis celebrações. Foram exactamente precisos vinte anos para, pela primeira vez, haver uma sinalização visível de aniversário natalício. Uma excelente oportunidade para deitar contas à vida, ou seja, lançar um olhar para o caminho que surge pela análise do sulco que deixamos atrás. É um pouco o sentido deste texto.

1 . As origens e os progenitores

O ISCTE *nasce* num período em que o contexto social e político vai marcá-lo com um forte sentido dinâmico de contínuo estado de alerta e luta para sobreviver aos condicionalismos externos muito pouco favoráveis a projectos inovadores. Os seus *progenitores* tinham um programa definido e uma vontade decidida para criarem no país uma unidade de ensino universitário num domínio que, nos Estados Unidos, desde os anos cinquenta e na Europa desde os anos sessenta, era considerado vector importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade: a área das ciências sociais e empresariais. O regime salazarista postergara a ciência do social e suas disciplinas afins. Da sociologia se conta que por muito tempo andou catalogada nas prateleiras do Ministério da Educação nos dossiers das «ciências ocultas». Fábula ou chiste anedótico, o episódio não deixa de transmitir um sabor real ao estatuto menor e desprezível que lhe conferiam a nível oficial e institucional.

Mas os ventos que sopravam traziam o anúncio de que algo estava a mudar em Portugal. A convergência de diferentes factores preparava condições propícias

* Agradeço à Ana Cruz Nunes, socióloga, a colaboração dada na recolha e sistematização de dados utilizados neste artigo. Agradeço igualmente aos Serviços do ISCTE, Secção Académica, Secção de Pessoal, e Gabinete de Apoio ao Planeamento, a disponibilização manifestada para o fornecimento dos dados. Este artigo é fundamentalmente um artigo de opinião. Optei, por isso, pela indicação da bibliografia utilizada, sem citações explicitamente documentadas no texto.

** Docente do Departamento de Sociologia, investigador no CIES

ao lançamento de novos cursos pensando num futuro próximo. A juventude universitária rebelara-se já por duas vezes, 1962 e 1969, contra o sistema que teimava em manter em estagnação o estado geral da Academia.

Por linhas tortas, escrevera-se direito com as reformas do ministro Veiga Simão, provocando o início de uma «explosão» no sistema de ensino universitário, com milicianos a invadir todo o sítio, minando as tropas *d'àquem e além mar*, criando apetite e motivação pelas disciplinas que, fora das portas pátrias, estavam em moda e abriam outras facetas ao horizonte do conhecimento.

Pacientemente, convictos de andarem por bem fazer, alguns pioneiros haviam preparado o terreno. Os futuros fundadores do ISCTE dispersavam a sua actividade pelo IES, o Instituto de Estudos Sociais, criado em 1963, num velho edifício ao Campo Grande, e pelo Gabinete de Investigações Sociais, o GIS, associado desde sempre à revista *Análise Social*, igualmente fundado em 1963. Se o IES estava mais direccionado para o ensino «da problemática da administração social do Estado e das empresas», o GIS visava preparar docentes e investigadores em ciências sociais e particularmente *na sociologia*. O IES está assim na matriz organico-administrativa do ISCTE e o GIS fornece o primeiro capital da sua «inteligência». E não custa admitir o que diz Sedas Nunes : «o ISCTE nasce do IES», «sem o GIS, o ISCTE não seria o ISCTE».

Desde a sua origem o ISCTE é uma escola projectada no âmbito geral das ciências sociais e empresariais. Um dos seus cursos de raiz e de **marca** vem a ser a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas. Sem qualquer infracção ao epistemológico enunciado na divisão das ciências, não estorva incluir esse curso num grande projecto de ciências sociais, todavia com uma maior precisão, prefere-se, hoje, claramente dizer um projecto de ciências sociais e empresariais. Os planos de estudo dos primeiros cursos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 520/72, de 15 de Dezembro, que fixam igualmente os planos dos cursos do ISE e do ISCSPU — instituições também à procura de um desenvolvimento na vertente das ciências sociais — vão nomear exactamente bacharelatos e licenciaturas em Ciências do Trabalho, um eufemismo cúmplice e consentido para fazer, por um lado, *esconder* a sociologia de que o Estado Novo não gostava nem deixava passar e, por outro, alimentar os bons propósitos e convicções dos seus progenitores, e ainda em Organização e Gestão de Empresas, cursos esses, aliás, que vão dar o nome ao instituto, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

A eclosão do 25 de Abril cedo veio *rebenotar* as intenções escondidas. Docentes e discentes, através da Assembleia Plenária de Escola que, entretanto, com a deposição das estruturas directivas instituídas durante o regime anterior, assume a governação do Instituto, começam a defender a transformação do curso de Ciências do Trabalho em licenciatura de Sociologia e a criação de uma outra licenciatura, a de Economia, no sentido de reforçar o perfil ciências sociais do ISCTE. Num período em que o decreto oficial não era a condição mais indispensável à implementação das iniciativas, as reformulações curriculares para os cursos de Ciências do Trabalho, que passa a denominar-se de licenciatura em Sociologia, e de Organização e Gestão de Empresas acontecem no âmbito da Assembleia

Plenária de Escola, órgão máximo da estrutura escolar segundo o Decreto-Lei nº 225/74 de 28 de Maio e inicia-se a licenciatura em Economia. Esta, porém, entraria num processo de extinção a partir do ano lectivo de 1977/78, pela sequência derivada da suspensão de inscrições em várias licenciaturas, a mandato do ministério da tutela, pela invocada razão da necessidade de proceder-se a reformulações curriculares de alguns cursos homólogos ou afins.

A licenciatura de Sociologia, todavia, só veria a sua existência consagrada, após quatro anos de funcionamento, dir-se-ia *clandestino*, através do Decreto Regulamentar nº 10/78, de 5 de Abril, emanado do Ministério da Educação e das Universidades, na conclusão do processo e aprovação do plano de estudos que, entretanto, o Conselho Científico do ISCTE apresentara ao ministério. São estas duas licenciaturas, OGE e Sociologia, que sedimentam o período de gestação do ISCTE no panorama universitário português e que lhe vão dar o cunho da sua especificidade própria de origem e ainda hoje sustentada.

Não são fáceis os primeiros anos do ISCTE. As convulsões revolucionárias sentidas por todo a parte atravessaram a própria génese do ISCTE, não sem fazer algumas fracturas e causar determinados ressentimentos, cujos efeitos só o tempo e o rumo diferente das diversas personagens envolvidas ajudaram a ultrapassar. De primeira faculdade projectada para o lançamento de uma nova universidade de ciências sociais e humanas, a Universidade Nova de Lisboa, por ressaca de tempos e situações do conturbado período revolucionário, o ISCTE passa a um simples instituto superior universitário, sem a perfilação de qualquer Universidade, na directa dependência do Ministério da Educação.

De início, sem instalações próprias, sem estruturas e meios, sem recursos humanos suficientes, sem o protectorado de uma Universidade e o conseqüente peso institucional, que de tanta coisa protege, à medida que passam os ventos da revolução e se estabelecem os requisitos para a efectivação de um Estado de Direito, numa fase incerta e desestruturante de toda a universidade portuguesa, o ISCTE vai passar por alguns momentos difíceis. Primeiro, colocou-se o problema das instalações. Em situação de emergência e em condições extremamente instáveis, o ISCTE funciona nas antigas instalações do IES e nalguns dos pavilhões da Feira Popular (1974/75). Finalmente, durante o ano lectivo de 1977/78 transfere-se para o edifício actual, na Cidade Universitária, ao lado da Faculdade de Farmácia, que entretanto fora construído. Não foi totalmente pacífica a atribuição deste edifício para o ISCTE, construído com esse destino, pois outras Escolas pretendiam compartilhar esse espaço.

Um outro problema era a situação de *outsider* à Universidade. Para alguns, quer no exterior, quer no interior do próprio Instituto, a única alternativa que se colocava era a integração numa universidade. No quadro de referência institucionalmente estabelecido em que «uma universidade é o conjunto de diferentes faculdades», o ISCTE era uma situação anómala. Perspectivam-se processos para atingir a meta da integração. Preparam-se documentos. Seguem-se conversações. Primeiro, com a Universidade de Lisboa (1981/83), depois com a Universidade Técnica (1984/86). Mas com ambas esse propósito falha, pelo pronunciamento de

um não à integração por parte das respectivas Universidades, não obstante a posição favorável e até decidida de algumas das faculdades constitutivas desses senados académicos.

Deserdado de patrocínios de universidades, o ISCTE prossegue o seu caminho sem descurar os requisitos necessários à manutenção e defesa do seu estatuto universitário. Os diferentes conselhos científicos, aliás, cientes de que este poderia ser um ponto sensível e de alta fragilidade actuam com esmerado cuidado para proteger a instituição dos ataques de que possa vir a ser alvo neste campo.

O problema da integração na Universidade chegou a ser *doloroso*, pois se, por um lado, as razões adiantadas para a não integração nunca foram suficientemente claras ou convincentes, por outro, fraccionou a comunidade iscteniana e, enquanto alguns negociavam a sua divisão — sociologia e antropologia, para um possível integração na Universidade de Lisboa, e colocando OGE fora deste processo — outros *teimavam* em defender o projecto ISCTE reunindo apoios e testando novas propostas. Promovida por Eduardo Gomes Cardoso e José Joaquim Laginha chegou a haver uma reunião, com algumas entidades externas, entre as quais se destacava a presença do Prof. Veiga Simão que, enquanto Ministro da Educação estivera, ao tempo, na criação do ISCTE, com o objectivo de avaliar da continuidade da validade deste projecto adentro do panorama universitário português e da estratégia a seguir para a sua consolidação.

Foi na prossecução dessa estratégia que, em 1982, se encetou uma política de reforço do corpo docente com o convite expresso a qualificados docentes e investigadores para leccionarem nos cursos já existentes e, principalmente, na nova licenciatura de Antropologia Social, criada através do Decreto-Lei nº 121/82, de 29 de Outubro. Pretendia-se assim acentuar claramente o perfil do ISCTE como Escola no domínio das ciências sociais. Sob o ponto de vista do quadro de licenciaturas oferecidas pelo ISCTE ao país, e ainda na fase de consolidação do projecto/ISCTE, obedecendo ao aproveitamento das primeiras sinergias criadas pelos seus recursos académicos e dando resposta às necessidades de conjuntura e actualização nos perfis de licenciados presumivelmente mais adequados ao desenvolvimento da sociedade portuguesa, a criação da licenciatura em Informática e Gestão de Empresas, através da Portaria nº 536/89, de 12 de Julho, e cuja entrada em funcionamento ocorreu no ano lectivo de 1989/90, veio encerrar um ciclo.

2 . As etapas decisivas para a consolidação do ISCTE

Com este atormentado início de actividade, importa enunciar algumas das etapas que foram decisivas para a consolidação do ISCTE, como instituto universitário de significado na Universidade portuguesa.

E foram estas, em meu entender, as seguintes: a capacidade para viabilizar doutoramentos, no quadro da Universidade Técnica de Lisboa, por acordo entre as duas instituições e reconhecimento jurídico através do Decreto-Lei nº 167/83, de 29 de Abril; o lançamento sucessivo de diferentes cursos de mestrado e pós-graduações, respectivamente, em Sociologia (Sociologia do Trabalho e Sociologia

Urbana e Rural, criados por Portaria nº 491/88, de 26 de Julho) e em Ciências Empresariais (Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial e de Sistemas de Informação em Gestão, criados pela Portaria nº 496/88, de 27 de Julho) e as pós-graduações em Comportamento Organizacional e em Políticas e Gestão de Recursos Humanos ; e, como a mais decisiva, a consagração expressa pela Lei de Bases do Sistema Educativo e pela Lei da Autonomia das Universidades, a Lei nº 108/88, de 24 de Setembro, do ISCTE, como «instituto universitário não integrado»; e na sequência do disposto nestas leis, a constituição e posterior homologação, por parte do Ministro da Educação, Roberto Carneiro, em despacho normativo nº11/90, dos Estatutos do ISCTE, consagrando-o estabelecimento universitário, com autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.

Efectivamente, foram estas etapas que, ano após ano, consolidaram o ISCTE como instituto universitário. E se é verdade que esta condição não lhe resolve todos os problemas, como parceiro autêntico e unidade indiscutível da Universidade portuguesa, pois os Estatutos do CRUP, Conselho de Reitores da Universidade Portuguesa, não lhe conferem parte constitutiva ou participativa desse Conselho, o que lhe dá uma situação de corpo estranho pouco confortável e, principalmente, geradora de um grande alheamento nas decisões dimanadas por aquele importante órgão na gestão e política da Universidade portuguesa, tal facto contribuiu, contudo, decisivamente, para afastar a ameaça da sua despromoção do quadro de níveis do sistema educativo e fazer crescer o entusiasmo no trabalho de continuidade de um projecto, e de congregar energias nos programas e planos do seu crescimento e expansão.

3. Factores determinantes para o sucesso de um projecto

Mas se estas etapas foram importantes e decisivas para a consolidação do projecto/ISCTE, existe um conjunto de factores que fizeram não só o êxito dessas sucessivas etapas, como o sucesso de um projecto. Nesse conjunto, a nossa reflexão regista os seguintes:

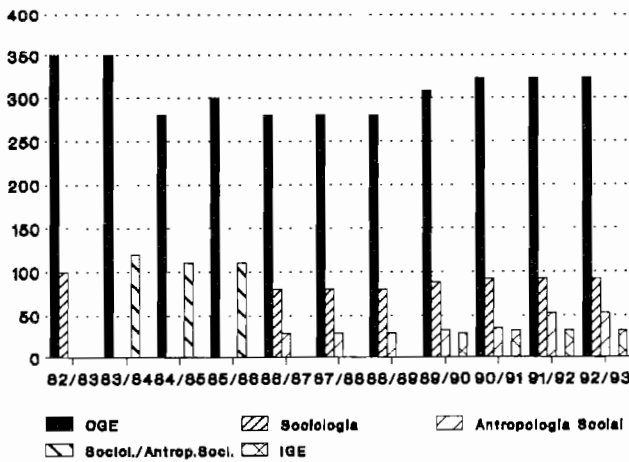
- uma franca adesão ao projecto por parte dos estudantes portugueses candidatos a cursos universitários;
- o aumento continuado, em quantidade e qualidade, de um corpo docente, muito específico e de características singulares, no quadro da Universidade portuguesa;
- um «espírito de equipa», de camisola vestida ou mais refinadamente dito, de cultura institucional bem assimilada e muito interiorizada, uma aquisição calibrada desde quando a Escola era apenas uma «grande família» até transformar-se numa unidade orgânica e complexa, quer por docentes, quer por funcionários não docentes, quer por discentes;
- a irradiação externa da imagem do ISCTE, por efeito extrovertido de uma dinâmica muito forte e perpetrada em actividades extra-escolares e com impacte no panorama cultural;

- o posicionamento de cursos, em curricula e programas de estudos, sempre muito direccionados para temas e problemáticas da sociedade portuguesa;
- o desenvolvimento de uma estratégia de envolvimento em projectos de investigação, primeiro, através dos diversos centros de estudo e pesquisa, depois, através dos diferentes departamentos e secções autónomas;
- uma ligação continuada e até institucionalizada com o meio envolvente, em especial, com as empresas, autarquias e outras organizações;
- a perfilhação do Ministério da tutela, administrativamente sempre protectora a compensar a orfandade da clássica mãe-Academia, embora nem sempre eficaz na garantia dos bens acumulados e indispensáveis para fazer crescer e prosperar.

Quadro 1: Evolução do número de alunos por cursos (1972-1992)

	Total	OGE	C.Trab/Soc	Economia	Soc/Antrop.Soc	Antrop.Soc.	IGE
72/73	296	66	11	219			
73/74	821	309	298	214			
74/75	879	443	190	246			
75/76	1442	718	191	533			
76/77	1930	875	193	852			
77/78	1957	1220	349	388			
78/79	1871	1314	419	138			
79/80	1886	1363	502	21			
80/81	2058	1519	539				
81/82	2064	1482	582				
82/83	2268	1602	666				
83/84	2496	1792	469		219	16	
84/85	2639	1897	519		186	37	
85/86	2798	2036	532		179	51	
86/87	2867	2107	648			112	
87/88	2893	2118	652			123	
88/89	2893	2103	635			155	
89/90	3036	2214	621			165	36
90/91	3172	2242	671			186	73
91/92	3211	2248	663			193	107
92/93	3310	2280	658			153	219

Fonte: Serviços académicos

Gráfico 1: Evolução do "N^os Clausus" por licenciatura - 1982 a 1993

Fonte: Serviços académicos

4. O referendo pró-ISCTE

Esta ordem não tem qualquer presunção hierarquizada. Considero importante a sua conjugação. Tem sido a concomitância polivalente destes factores que tem sustentado o percurso difícil, por vezes contraditório e sinuoso, do ISCTE, mas de sentido crescente e emancipador no cenário do mundo universitário português.

Dos duzentos e noventa e seis alunos com que inicia o seu primeiro ano escolar, em 1972/73, com a distribuição de 219 em Economia, 66 em Organização e Gestão de Empresas e 11 em Ciências do Trabalho, aos seus quase 3500 alunos de hoje, o salto é vertiginoso. O ISCTE rapidamente viu crescer a procura dos seus novos cursos, que logo no 2^o ano têm um aumento explosivo, passando a frequência das duas licenciaturas de OGE e CT de 66 e 11 alunos para 309 e 298. Conforme se pode observar pelo Quadro 1, esse ritmo não sofre qualquer abrandamento nos anos seguintes e nem sequer as novas regras de acesso à universidade, pela entrada em vigor do sistema de *numerus clausus* em 1982/83, o fazem oscilar (cf. Gráfico 1).

A adesão às licenciaturas oferecidas pelo ISCTE por parte dos candidatos a cursos universitários é tão grande e explícita que constitui um sinal forte da adequação do projecto às expectativas e motivações daqueles que são a razão maior de qualquer curso, os alunos. Alguns ajustamentos em relação à harmonização da proporcionalidade entre as diferentes licenciaturas são feitos por decisão da própria Escola e na consciência de que importa temperar o entusiasmo da procura com o

realismo da absorção em saídas profissionais por parte de um mercado, também em crescendo, mas desordenado e sem qualquer estudo previsional sobre esta matéria.

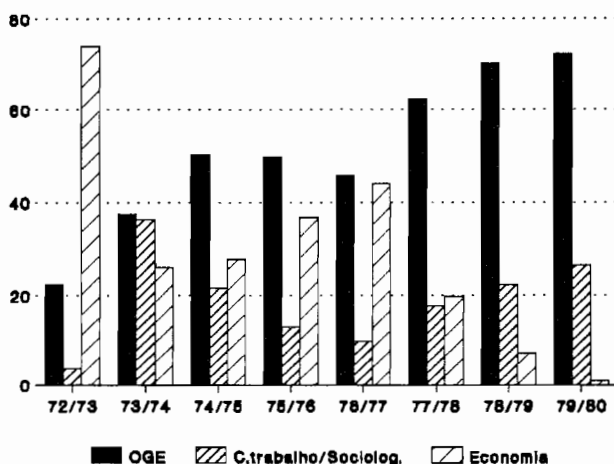
Por outro lado, atingindo no dobrar da primeira década de existência uma população superior aos dois milhares de alunos, (2. 268), o ISCTE vê exauridas as condições de aproveitamento de espaço físico. Com um edifício construído para uma capacidade de exploração entre os 800/900 alunos, as instalações passam a ser um ponto de estrangulamento e uma ameaça à qualidade de requisitos próprios às funções de ensino/formação/investigação. De algum modo começa aí o «milagre da multiplicação» do espaço. Docentes, funcionários não docentes e os próprios alunos são bastante *penalizados* nas condições indispensáveis ao exercício das suas missões. Esta opção tinha um preço elevado, mas era de alguma maneira o referendo popular à continuidade de um projecto. E se é verdade que os sistemas de acesso ao ensino universitário, pelos condicionalismos do *numerus clausus* e da célebre, mas extinta, PGA, provocam uma distorsão nas opções dos candidatos, com o realinhamento das subseqüentes estratégias manifestas ou subsumidas para conseguir um *lugar ao sol* da Universidade, no caso do ISCTE, o facto de só OGE poder dar uma resposta na ordem dos 5 % sobre o número de candidatos nacionais e os outros cursos abaixo dos 2 %, o que se reflecte na nota elevada para garantir acesso (em 1992-1993, Antropologia Social, 78. 9, Sociologia, 82. 1, OGE, 87. 2 e IGE, 88. 5), atesta a validade da actualidade dessa procura. Por outro lado, os resultados da investigação levada a efeito por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado no projecto «Famílias, Estudantes, Universidade — Painéis de Observação Sociográfica», vão no sentido de indicar que a grande maioria dos frequentadores das licenciaturas do ISCTE são-no por primeira opção.

Como se pode verificar na sequência de gráficos que apresentamos (cf. Gráficos 2, 3, 4 e 5), a partir de 1986/87, a configuração do ISCTE nas suas actuais quatro licenciaturas está estabilizada. O curso de OGE mantém-se francamente maioritário. Registe-se, todavia, a tendência para um crescimento da licenciatura em Informática e Gestão de Empresas, sob a pressão de uma forte procura entre a totalidade dos cursos oferecidos pela Universidade portuguesa.

Quando se diz que o corpo docente é muito específico e de características singulares corre-se o risco de banalizar o que cada escola, porventura, dirá dos seus professores. Conforme afirmei anteriormente o primeiro núcleo de docentes do ISCTE teve proveniência de duas origens principais: do IES e do GIS. Trabalhar em Sociologia, como diz João Ferreira de Almeida, «não prometia, então, nem segurança nem carreira». Implicava «militância e alguma distância *aristocrática* ao profissionalismo». A formação anterior deste professorado provém de diferentes cursos e a sua reconversão ao campo da sociologia é principalmente vocacional. Com o advento do 25 de Abril, regressam, entretanto, ao país, muitos daqueles que, no estrangeiro, haviam feito cursos proibidos em Portugal, entre os quais, antropologia e sociologia. Este retorno coincide com o incremento da licenciatura em Sociologia no ISCTE. Maioritariamente, estes *retornados* vinham de França. Dois

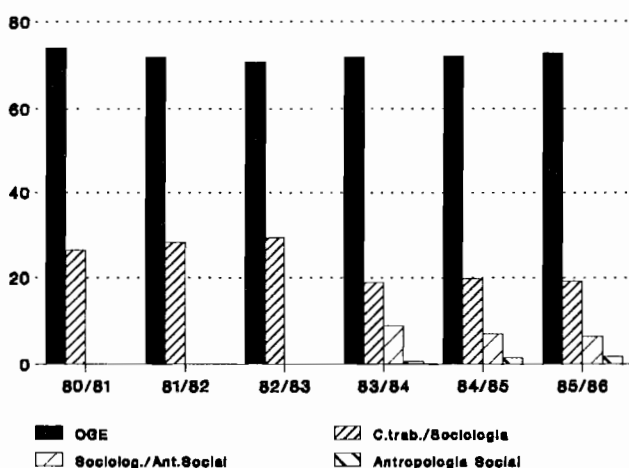
ou três da Itália, da Alemanha, da Inglaterra. Com eles vieram também alguns «descobridores» da revolução lusitana que, pela sua formação e competência específicas, foram convidados ou concorreram a membros do corpo docente do ISCTE, estabilizando a sua vida por adopção à nacionalidade portuguesa. É fácil reconhecer no corpo docente do ISCTE um internacionalismo cosmopolita, onde se cruzam professores de origem ou cultura francesa, inglesa, suíça, alemã, norte-americana, argentina, chilena, indiana, iraniana.

Gráfico 2: Nº de alunos por curso de 72/73 a 79/80 (% p/ano)



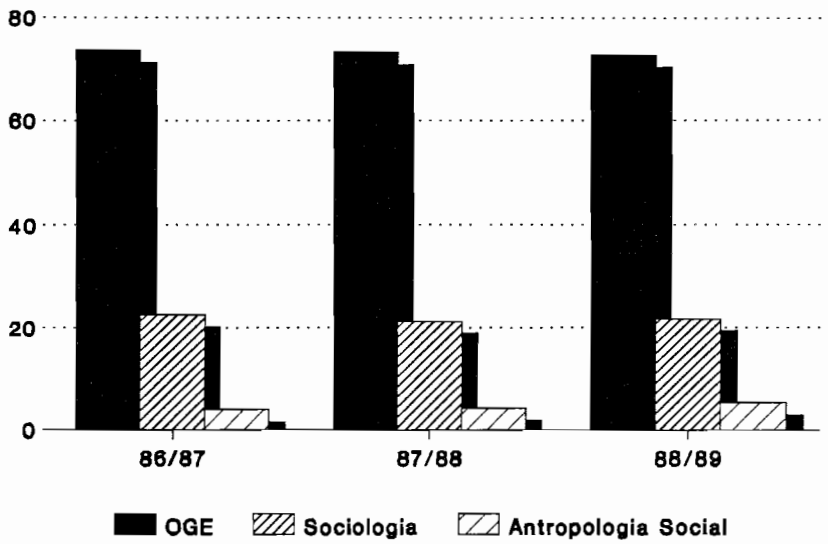
Fonte: Serviços académicos

Gráfico 3: Nº de alunos por curso de 80/81 a 85/86 (% p/ano)



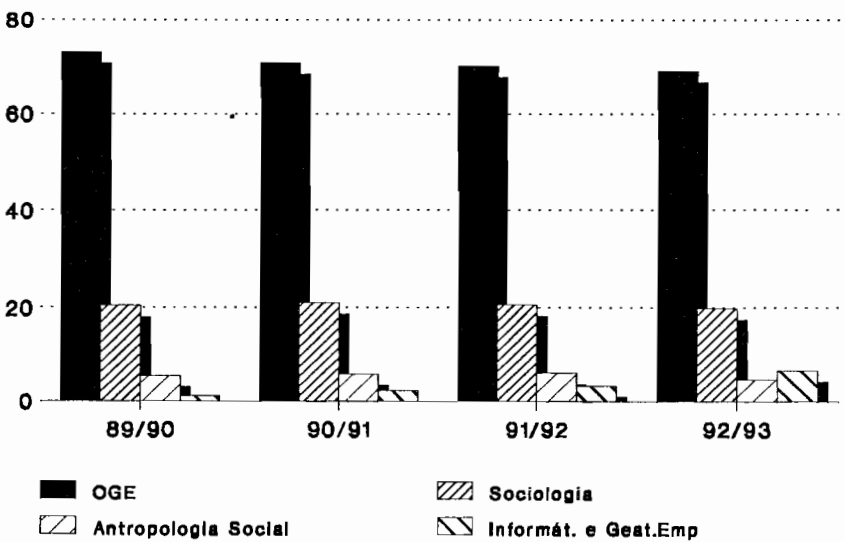
Fonte: Serviços académicos

Gráfico 4: N° de alunos por curso de 86/87 a 88/89 (% p/ano)



Fonte: Serviços académicos

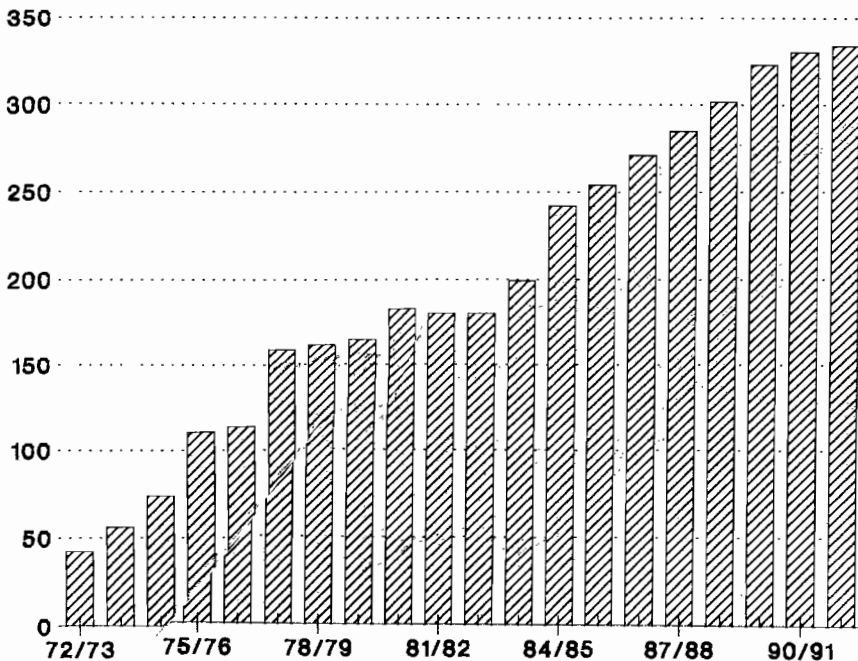
Gráfico 5: N° de alunos por curso de 89/90 a 92/93 (% p/ano)



Por sua vez, os docentes de Gestão de Empresas vinham, sobretudo, duma actividade profissional dessas mesmas empresas para onde iriam remeter os neolicenciados. Aliás, desde sempre, os professores de OGE mantiveram esta característica de forte ligação ao mundo empresarial, o que lhes confere pragmatismo derivado da experiência concreta dos problemas da envolvente externa, peculiaridade nem sempre conciliável com o tradicional profissionalismo académico. A sua formação académica havia sido realizada fundamentalmente nos cursos de engenharia e económico-financeiras. Dão forma a um curso, em causa e efeitos, a condizer com os novos tempos de afirmação da sociedade civil, do protagonismo do mundo dos negócios e da sua gestão. E, de alguma maneira, esta sua missão é também *vocacional e militante*, pois não é a ensinar/formar gestores na universidade que se ganha dinheiro ou se fazem fortunas, mas, onde se produzem os novos gestores da moderna empresarialidade, uma gesta de cujos lucros outros e o país em geral serão os directos beneficiários.

O corpo docente do ISCTE cresce gradualmente, porém, com movimentos e mobilidades que, conforme se podem observar no Gráfico 6, são importantes notar.

Gráfico 6: Evolução, do nº de docentes

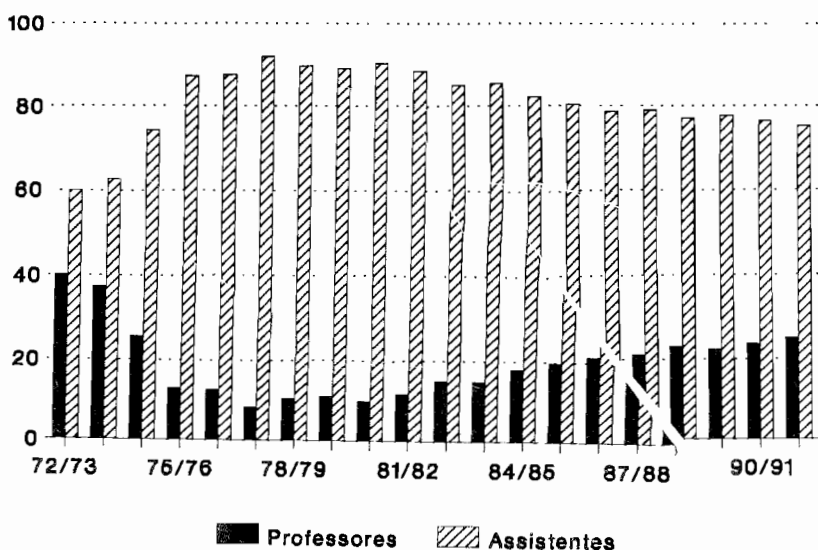


Fonte: Serviços académicos

Com um corpo docente reduzido no período da fundação, mas relativamente proporcionado na sua composição entre as categorias de professores e assistentes, para utilizar apenas esta distinção dicotómica e extra Estatuto da Carreira Docente, como se sabe só publicado em Junho de 1980, à medida que ele cresce e em correspondência ao aceleração da quantidade de alunos, essa correlação *estica-se* e atinge o peso mais desequilibrado por volta de 1977/78, para a partir daí começar a recompôr-se e de modo crescente procurar uma proporção academicamente indispensável à credibilidade do projecto universitário do ISCTE. O gráfico desta evolução (cf. Gráfico 7) relewa o cuidado de proteger, universitariamente, à partida, a necessidade de renovar e alimentar o crescimento, com quadros jovens e de nova formação, reinvestindo logo que possível na formação e aprofundamento da qualificação profissional do pessoal docente, no reforço dos níveis dos seus graus académicos.

Do seu primitivo Conselho Científico, cujos membros, a título de homenagem histórica e agradecida para os pioneiros resistentes, são de recordar, Adérito Sedas Nunes, Alfredo António de Sousa, Francisco Pina Prata, Gouveia Pereira, José Joaquim Laginha, Mário Murteira, ao actual Conselho constituído por cinquenta e cinco doutorados, fica o registo de um esforço e uma política deliberada para a realização das etapas indispensáveis à consolidação de um projecto. É uma das etapas indispensáveis terá sido o revigoramento do corpo docente do ISCTE com os neolicenciados em ciências sociais e empresariais que, hoje, já formam uma plêiade com créditos firmados e obra de referência entre os antropólogos, gestores, informáticos e sociólogos portugueses.

Gráfico 7: Evolução do corpo docente de 1972/73 a 1991/92 (em %)



Fonte: Serviços académicos

Oriundo de nações e formações diversas, sem matriz teórico-científica fixa, «heterodoxo em termos clássicos», como refere Protes da Fonseca, com vivências extremamente diferenciadas, sem estar submetido a uma organização académica rigidamente hierárquica, o que, de algum modo, lhe dá uma postura «rebelde» ao *instituído* e *orgânico*, o corpo docente do ISCTE ganha um conjunto de características que lhe conferem uma dinâmica e versatilidade muito especiais, com presença e actuação em diversos campos de actividade no interior e exterior da Escola e que vão explicar o perfil do ISCTE, descontextualizado na identificação das instituições académicas, o que obviamente traz benefícios na propulsão do desenvolvimento interno, mas algumas dificuldades na creditação externa principalmente em termos de status e lugar entre os pares da comunidade académica. Por outro lado, importa talvez reflectir, o que é mérito e ajuda a crescer nem sempre é condição para a prosperidade e expansão.

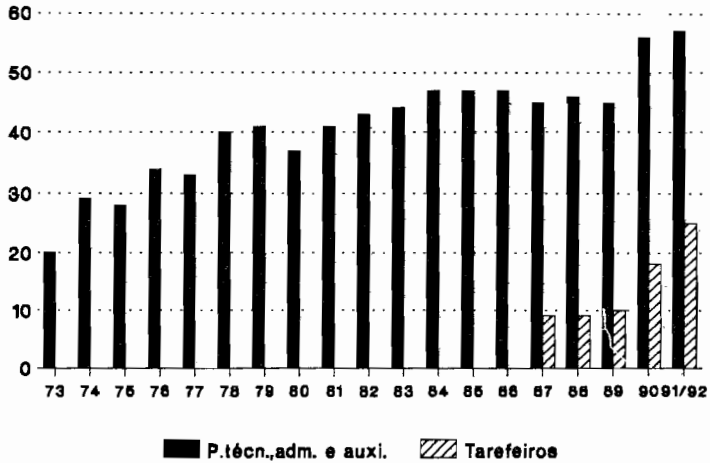
Esta estrutura de constituição do corpo docente reflecte-se sempre mais num conjunto de «solidariedades mecânicas» do que «solidariedades orgânicas». As diferentes equipas disciplinares cresceram e reforçaram-se numa convergência de pluridisciplinaridade, meta e motivo do desenvolvimento ambicionado, mas sem execução conseguida e envolvente na prática. Essa circunstância continua a configurar um figurino caracterizante do ISCTE no espectro do panorama universitário português, mas nem por isso facilita a sua gestão global, nem lhe traz dividendos imediatos. Esta dificuldade gestonária é, todavia, compensada pela existência de um núcleo duro, dividido por professores, funcionários não docentes e alunos no activo ou no «clube da saudade», imbuído das características *endócrinas* e sustentadoras do chamado «espírito de equipa» que impele para prosseguir na construção do *projecto*, nem sempre de contornos claramente definidos ou geralmente identificados, mas que se sabe *está lá* e faz correr.

Este espírito de equipa é muito visível no corpo dos funcionários não docentes, o sector desde sempre mais *atrofiado* sem beneficiar do crescimento razoável para o desenvolvimento global da escola, o que tem acontecido por impotência administrativa e política do ISCTE e por coarctação dos ministérios da tutela nesta matéria (cf. Gráfico 8). Mas nem por isso os efeitos deste défice se fazem sentir com a repercussão que poderiam assumir, exactamente pela superação que esse «amor à camisola» origina. Aliás, este «*amor à camisola*» é ainda um sentimento muito forte entre a grande maioria dos seus alunos, afirmado na marca distintiva que usam em todas as suas realizações e que, mesmo em situações críticas como é o caso da luta anti-pinpas, é colocado acima de todos os interesses.

5. Uma ligação permanente ao exterior

Um outro factor importante para o sucesso do ISCTE é, sem dúvida, o posicionamento dos seus cursos, programados e ministrados com a preocupação de dar resposta aos problemas envolventes de um Portugal, antes isolado, actualmente integrado na CE e atravessado pela situação internacional.

Gráfico 8: Evolução do quadro de pessoal de 1973 a 1992



Fonte: Serviços académicos

Para Gestão, Sociologia, Antropologia, Informática e Gestão de Empresas, a realidade presente convertida em objecto de estudo e investigação é a realidade portuguesa num contexto necessariamente europeu e mundial. A aceitação generalizada e, em muitos casos, a procura deliberada dos licenciados pelo ISCTE são um indicador positivo sobre o êxito desta orientação.

Esta orientação dos cursos de licenciatura, mestrado e outros cursos de pós-graduação é prolongada e cultivada nos outros domínios, vectores-chaves do desenvolvimento estratégico do ISCTE: investigação e prestação de serviços à comunidade.

Desde sempre a investigação tem sido concebida no ISCTE como uma das determinantes mais importantes e decisivas ao seu crescimento sustentado. Alguns dos seus fundadores privilegiavam até esta função à do ensino/formação, imprimindo às licenciaturas, em especial na área das ciências sociais um componente marcadamente teórico, o que, a pouco e pouco, veio a ser corrigido principalmente pelo trabalho efectuado nos Seminários sobre a Sociedade Portuguesa e, mais recentemente, pela introdução dos estágios no último ano de licenciatura. Hoje, entende-se que um professor universitário é um investigador que ensina. Mas, há meia dúzia de anos não era este o entendimento, e um professor era sobretudo um executante de aulas. Pelo menos as condições administrativas ou financeiras proporcionadas não contemplavam essa função, porventura encarada como um luxo. Hoje, esta visão e certas condições estão alteradas. É por isso de grande significado relevar o papel que os doze centros fundados no espaço do universo/ISCTE nos capítulos da investigação e prestação de serviços têm desempenhado ao longo destes vinte anos. Se é verdade que para estes foi decisivo na sua implantação

o nome de baptismo ou mais correctamente de família —ISCTE — não é menos verdade que o ISCTE nestes campos de actividade acumulou muito mais-valia pelo trabalho e resultados demonstrados por essas instituições, de figura jurídica autónoma, mas tão imbricadas ao cordão umbilical da instituição-mãe. O valor do papel desses centros está firmado publicamente nas edições de livros dos seus investigadores ou no espólio arquivado em revistas pertencentes a alguns tais como, *Dinâmica de Gestão, Ler História, Revista Portuguesa de Gestão, Sociologia - Problemas e Práticas*.

A relação com a envolvente externa não é apenas ocasional ou de conjuntura. Está institucionalmente firmada em vários protocolos e acordos com outras instituições nacionais e internacionais e tem no INDEG/ISCTE, o Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial, uma associação universidade/empresa, uma face bem visível.

A perfilhação assumida pelo Ministério da Educação para suprir a situação de enjeitado pela Academia reveste, eu diria, um sentimento de cumplicidade, a um tempo, com efeitos positivos, mas também, de algum modo, perversos. O Ministério da Educação, a nível administrativo, tem tido para com o ISCTE um comportamento que nunca traiu a perfilhação declarada num período conflituoso com a universidade de origem. Nesse contexto, o Ministério constituiu-se para o ISCTE, a *Reitoria*, o Secretário de Estado do Ensino Superior, o *Reitor*, cujo exercício de funções, a bem dizer, por delegação, era desempenhado pelo director-geral do Ensino Superior, ou pelo próprio presidente do Conselho Directivo da Escola. Este organograma funcionou, q. b., para garantir a tutela universitária, até à promulgação da Lei da Autonomia Universitária (1988).

Depois da entrada em vigência deste novo *estado geral* da Academia, nem o acesso a uma directa dependência do Ministério, nem o estatuto de autonomia universitária plena do Instituto resolvem algumas situações pontuais, que são do domínio do CRUP, instância onde o ISCTE é um grande ausente. Perspicácia, bom senso, e boa vontade política, porém, têm conseguido fazer superar certas dificuldades e constrangimentos. Em última análise, o Ministério tem feito sempre valer o estatuto desta figura jurídica, talvez híbrida, talvez insólita para a tradicional e clássica universidade portuguesa, mas, com efeito, consagrada na Lei, «um instituto universitário não integrado». Todavia, a outros níveis, principalmente, no campo financeiro, esta *perfilhação* não redundou em situação de privilégio. E talvez até por isso.

O ISCTE, em termos económico-financeiros, é hoje a unidade de ensino universitário «mais pobre» do país. A dotação orçamental que lhe é feita, em valores absolutos ou relativos, é a mais baixa no espectro da universidade portuguesa. O desequilíbrio estrutural de um orçamento com 91 % para manter despesas de pessoal e de 9 % com despesas de funcionamento, nada tem a ver com universidades como a do Minho, onde essa diferença se cifra entre os 65 % e os 35 %, ou de Aveiro ou Algarve, respectivamente, na ordem dos 72 % / 28 %. Os seus 0.6 m² por aluno em superfície de ocupação são a indicação de um apreendido saber viver em estado de *tenda de campanha* permanente. O seu *ratio* de

funcionário /aluno de 1/63 constitui um sinal evidente que a invocação de o ainda existente *amor à camisola* não é apenas recurso a uma lisongeira retórica de circunstância. O *irrisório* custo por aluno de 290 contos/ano, o mais baixo de toda a universidade, não representa qualquer *mestria* extraordinária de gestão, mas tão só a superação de constrangimentos e debilidades enormes, por força da mística e empenhamento na defesa do tal projecto/ISCTE. Mas, tudo isto que pode significar o preço pela construção de um projecto, se não dá um salto qualitativo, pode significar o perigo de uma deflagração eminente.

A irradiação da imagem do ISCTE no exterior, a nível nacional e internacional, (redes de programa Erasmus, protocolos com universidades europeias, americanas e africanas, cooperação PALOP, etc.) é um dado adquirido que não precisa do gasto de grande argumentação em sua defesa. Precisa, isso sim, de um trabalho aprofundado e de uma estratégia inteligente e eficaz para a sua perservação e enriquecimento. É um património que levou algum tempo a construir, mas que se destrói num ápice.

6. E o futuro?

O futuro não é um mero acaso. Depende sempre de condições acumuladas no passado e de factores e circunstâncias do momento.

O projecto ISCTE atingiu uma fase em que o futuro passa por uma necessidade de expansão para a sua consolidação em termos expressivos e autonómicos. Poder-se-á perguntar se, atingidas as metas fundamentais para a credibilidade do projecto de uma unidade escolar universitária de referência em ciências sociais e empresariais, a opção correcta não seria o reforço das condições essenciais para a estabilização deste projecto, apostando particularmente na supervalorização qualitativa dos seus «produtos», licenciaturas e pós-graduações, e requalificando as condições indispensáveis para manter esses níveis de qualidade?

Seria, por certo, uma via possível, se o ISCTE em recursos e meios dependesse apenas de si próprio e tivesse capacidade de definir e executar uma política neste campo de ensino universitário. Mas a realidade nacional em que o ISCTE está integrado não é essa. O ISCTE faz parte integrante de um sistema de ensino cujos problemas são imensos e complexos e que está longe de ter alcançado em termos de resposta à formação dos portugueses, em ensino superior universitário, índices razoáveis de compatibilização com as necessidades reais do país e com a tão reclamada *harmonização* entre os doze parceiros comunitários.

Neste momento, a política geral de ensino prescreve um período de expansão até ao final do século. Os fundos comunitários canalizados para o efeito, via programas PRODEP, privilegiam, sobretudo, duas valências: infraestruturas indispensáveis à expansão e consequentes programas de fomento em infraestruturas e estruturas que promovam as condições para uma melhor qualidade de ensino. Reenquadrar-se nestes programas exige uma articulação equilibrada e com reciprocidade em efeitos conseguidos entre os parâmetros de quantidade/qualidade. Posicionar-se como concorrente válido a estes programas implicava ao ISCTE

combinar um aumento proporcionado de resposta à quantidade, com a aquisição de condições propícias ao desenvolvimento de qualidade, pela readequação dos «produtos» oferecidos às possíveis necessidades e procura.

Mas este condicionamento implicava ainda uma outra engenharia de rentabilização: gerar o aproveitamento máximo das sinergias criadas a partir dos recursos envolvidos ou a envolver em mínimos imprescindíveis, sem desfigurar, antes reforçar, o projecto inicial de constituir o ISCTE numa unidade de ensino universitário de referência em ciências empresariais e sociais. Para este desiderato impunha-se a concepção de um modelo de crescimento em contenção e plurivalência. Esse modelo é aquele que acaba de ser consagrado no Plano para o Desenvolvimento Estratégico que os órgãos do ISCTE apresentaram recentemente ao Ministério da Educação. Crescer para consolidar esta unidade escolar de ensino universitário é, por assim dizer, a filosofia inspiradora desse documento.

Para a execução desse plano o Conselho Científico da Escola entre a criação de novos produtos transdisciplinares, na derivação do aproveitamento dos recursos e prática experiencial das áreas transversais — economia, história, psicologia social, política e gestão de recursos humanos — às licenciaturas-mães configurativas da vertente ciências empresariais e sociais e a validação autónoma daquelas como parceiras interdisciplinares, optou por uma via intermédia, apresentando à Escola um plano para execução nos próximos anos que consagra, por um lado, a implementação de «produtos» conjugados, tais como as novas licenciaturas de Gestão e Engenharia Industrial e de Sociologia e Planeamento, e por outro, a solidificação das ditas áreas transversais em licenciaturas autonomizadas.

Esta opção abriu na comunidade do ISCTE um debate entre todos aqueles, docentes, alunos e funcionários não docentes, que entendem, na óptica de uma escola de gestão participada, ter de assumir responsabilidades num projecto da prefiguração de desenvolvimento sustentado do ISCTE no quadro da Universidade portuguesa. Um debate que tem sido duro e longo, mas não inviabilizador da concretização das sucessivas etapas delineadas.

O futuro do ISCTE, como instituição universitária de referência em Ciências Empresariais e Sociais, para além das contingências ocorrenciais de percurso, que tanto podem estar no contexto do âmbito político, económico, científico-académico ou social do país, dependerá por certo da forma como, num empenhamento comum, forem resolvidas estas questões-chave: consolidação da autonomia universitária em paridade de direitos e deveres com todas as outras instituições que formam a Universidade portuguesa, seja qual for a sua figuração jurídica; requalificação crescente dos seus profissionais de ensino/formação/investigação/ intervenção na comunidade e igualmente dos seus formados em qualquer grau e em todos os cursos; reforço proporcionado ao seu crescimento em infraestruturas, financiamentos estatais e alternativos, e recursos humanos, em especial no sector de pessoal técnico, administrativo e auxiliar, com a concomitante implementação de uma gestão racional, eficiente e eficaz dos mesmos; readequação dos «produtos» oferecidos às necessidades do desenvolvimento do país, no quadro da Comunidade Europeia e das transnacionalidades.

A nova configuração física que se prevê para o ISCTE com os novos edifícios, INDEG/ISCTE, já em funcionamento, Ala Autónoma em construção, Edifício 2, em programa e projecto, com primeira indicação positiva por parte do PRODEP, são um passo decisivo para a consolidação de um ISCTE como unidade de ensino universitário em Ciências Empresariais e Sociais, estabilizado com uma população entre 5000 a 5500 alunos, unidade gerível e rentabilizável. Mas, as pedras por si só não constroem a ESCOLA. A escola é tudo o mais. E para tudo o mais ainda falta muito.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de, "Trabalhar em Sociologia, ensinar Sociologia", *Sociologia-Problemas e Práticas*, 12, 1992, pp. 187-199.
- ALMEIDA, João Ferreira, COSTA, António Firmino e MACHADO, Fernando Luís, "Famílias, Estudantes, Universidade — Painéis de Observação Sociográfica", *Sociologia-Problemas e Práticas*, 4, 1988, pp. 11-44.
- CRUZ, Manuel Braga da, "Novas revistas de Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, vol. XXII (91), 1986, 2ª, pp. 429-431.
- MURTEIRA, Mário, "História(s) breve(s) do ISCTE", *Dinâmica de Gestão*, Março 1993, p. 50.
- NUNES, Adérito Sedas, "Histórias, uma história e a História sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, vol XXIV, (100), 1988, (1ª), pp. 11-55.